

Provimento nº 08/2010.

Estabelece medidas de aprimoramento relacionadas ao comparecimento a juízo dos beneficiados pela suspensão condicional do processo, suspensão condicional da pena ou livramento condicional, por meio de plantão, na comarca da Capital e nas do Interior do Estado de Alagoas.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Provimento nº 8, de 17 de maio de 2010, do da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça,

CONSIDERANDO o disposto no art. 78, § 2º, letra c, do Código Penal, pelo qual muitos dos beneficiados pela suspensão condicional da pena são obrigados a comparecer pessoal e mensalmente a juízo para informar e justificar as suas atividades;

CONSIDERANDO que igual tratamento costuma ser dado àqueles que desfrutam da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995) e do livramento condicional (art. 132, § 1º, letra b, da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984);

CONSIDERANDO ser expressivo o número de pessoas obrigadas a comparecer mensalmente a juízo e, ainda, ser o horário de atendimento nos fóruns, em geral, coincidente com o de trabalho delas, fazendo com que vários trabalhadores sacrifiquem o horário de almoço ou mesmo o dia de trabalho para obtenção de um simples carimbo de comparecimento perante o juízo;

CONSIDERANDO, finalmente, que o período de comparecimento a juízo pode ser utilizado para orientação de caráter social e psicológico,

RESOLVE:

Art. 1º Na Comarca da Capital e nas do interior do Estado em que houver varas especializadas criminais, a Corregedoria-Geral da Justiça organizará, no mínimo, um plantão mensal para que os acusados ou processados possam cumprir a obrigação de informar ou justificar as suas atividades (art. 78, § 2º, letra c, do Código Penal; art. 89 da Lei nº 9.099/1995 e art. 132, § 1º, letra b, da Lei nº 7.210/1984).

§ 1º O plantão será realizado sem prejuízo do atendimento efetivado durante a jornada normal de trabalho.

§ 2º Na Comarca em que não houver vara especializada criminal, o juiz de Direito estabelecerá o horário de atendimento, na forma do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 2º. O plantão funcionará no período noturno ou durante o fim de semana, em número de horas capaz de absorver a demanda com a necessária eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal).

Art. 3º. Faculta-se a designação de voluntários, preferencialmente dentre aqueles dotados de noções de psicologia ou serviço social, para a coleta das informações e justificativas.

Art. 4º. O comparecimento será registrado em livro próprio do plantão e dele será fornecido recibo ao interessado, sem prejuízo da sua oportuna anotação no processo específico ou em outro sistema de controle utilizado pelo juízo.

Art. 5º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Maceió, 20 de julho de 2010.

Des. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça